



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD

Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com Ênfase em EJA

Márcia Rodrigues de Lyra Pereira

Patrícia Jacobina Ferraz Sussuarana

Inclusão: Um Desafio Possível

BRASÍLIA, DF

Junho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com
Ênfase em EJA

Inclusão: Um Desafio Possível

Márcia Rodrigues de Lyra Pereira
Patrícia Jacobina Ferraz Sussuarana

PROFESSOR ORIENTADOR: Ana América Ávila Paz
TUTOR ORIENTADOR: Prof^a Deliene Lopes Leite Kotz
AVALIADOR EXTERNO: Fátima Lucila Vidal Rodrigues

PROJETO DE INTERVENÇÃO

BRASÍLIA, DF Junho/2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Educação - UAB/UnB/ MEC/SECAD
Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com
Ênfase em EJA

Márcia Rodrigues de Lyra Pereira
Patrícia Jacobina Ferraz Sussuarana

Inclusão: Um Desafio Possível

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos

Professor Orientador: Ana América Ávila Paz

Tutor Orientador: Deliene Lopes Leite Kotz

Avaliador Externo: Fátima Lucila Vidal Rodrigues

BRASÍLIA, DF Julho/2010

SUMÁRIO

I- PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL (PIL): CONCEPÇÃO E ESTRUTURA	04
1- Dados de identificação do proponente	04
2- Dados de identificação do Projeto	04
3- Ambiente institucional	05
4- Justificativa e caracterização do problema	07
5- Objetivos	12
6- Atividades/ Responsabilidades	13
7- Procedimentos Metodológicos	15
8- Cronograma	17
9- Parceiros	17
10- Orçamento.....	17
11- Acompanhamento e Avaliação.....	18
12- Referências bibliográficas.....	19

I - PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL (PIL): CONCEPÇÃO E ESTRUTURA

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES:

1.1- Nomes: Márcia Rodrigues de Lyra Pereira e Patrícia Jacobina Ferraz Sussuarana

1.2- Turma: B

1.3- Informações para contato:

lyra.marcia@gmail.com – 99865558 e piacobinaferraz@gmail.com – 99717672

2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:

2.1- Título: Inclusão: Um desafio possível

2.2- Área de abrangência: Local

2.3- Instituição:

Nome: CESAS

Endereço: SGAS 602, s/n bl. D - CEP 70200-620. Setor de Grandes Áreas Sul (Leste)

Brasília, DF

Instância institucional de decisão:

- Governo: DF
- Secretaria de Educação: DF
- Conselho de Educação: DF
- Escola: Conselho Escolar

2.4- Público ao qual se destina:

Este projeto visa atender as necessidades dos alunos com deficiência intelectual, auxiliando-os quanto à adaptação no ambiente escolar.

2.5- Período de execução:

Início: agosto/2010

Término: dezembro/2010

3- AMBIENTE INSTITUCIONAL:

O CESAS é um Centro de Educação de Jovens e Adultos, localizado na quadra 602 Sul, próximo ao Centro de Brasília. Inicialmente, quando foi fundado pela então Fundação Educacional do Distrito Federal através de convênio firmado com o Ministério da Educação na década de 70 pelo Parecer nº 19/75-CEDF, chamava-se Centro de Ensinos Supletivos Asa Sul – CESAS, a partir de 2000 passou a ser Centro de Educação de Jovens e Adultos Asa Sul.

O CESAS é uma escola que atende o público jovem e adulto (1º, 2º e 3º segmentos – nos três turnos), buscando valorizar a sua diversidade e respeitando as especificidades de cada educando. Somos a maior escola inclusiva da América Latina; temos salas de recursos específicas para atender as diversas necessidades especiais: cegos, surdos, deficientes intelectuais e físicos.

Hoje, são atendidos quase 400 estudantes com necessidades educacionais especiais, matriculados regularmente e acompanhados pelas salas de recursos, nas quais se procura promover, de fato, a sua inclusão nas salas regulares.

O público-alvo é formado por jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria, além é claro, dos alunos portadores de necessidades especiais, que devido às necessidades inerentes ao problema, estão, quase sempre, defasados em relação à idade/escola.

Devido às dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência, enfrentamos alguns problemas como a resistência de alguns professores. Muitos colegas não acreditam que eles possam aprender os conteúdos acadêmicos ensinados na escola, pregando teorias e práticas segregadoras. Essa resistência se deve principalmente a falta de conhecimento desses profissionais, que não acreditam na inclusão, na capacidade dos nossos alunos de aprender e na falta de respeito ao ritmo próprio de cada um deles.

É necessário combater este tipo de pensamento educacional. A prática docente na diversidade exigirá a percepção das necessidades especiais, sua observação, registros, flexibilidade nas ações pedagógicas e avaliação contínua sobre a eficácia do processo educativo.

Para que a inclusão possa ocorrer de maneira mais tranqüila, é necessária a formação continuada de toda comunidade escolar (principalmente os professores regentes, pois por vezes, a Secretaria de Educação só disponibiliza cursos para os professores que já atuam no Ensino Especial) com a finalidade de melhor atender aos alunos com deficiência intelectual.

Como trabalhamos em Sala de Recursos, nosso diagnóstico emancipador trata de avaliar os nossos alunos (a partir de um laudo já existente, de relatórios que nos são enviados de escolas anteriores, além de uma entrevista informal com os pais ou responsáveis para termos um conhecimento mais amplo do universo deste aluno que vem para a sala de recurso) para que haja uma intervenção mais específica, durante o semestre, junto aos professores regentes. Procuramos conhecê-los e verificar quais defasagens possuem. Além disso, verificamos quais conteúdos têm real interesse na vida desses alunos, além dos conteúdos que lhes serão importantes para o dia a dia e fazemos as adequações curriculares. Nosso grande desafio é fazer com que nossos alunos resgatem a auto-estima e tornem-se pessoas autônomas.

Os interesses dos alunos com deficiência intelectual estão além dos interesses de recuperar o tempo perdido, de terminar os estudos, de ter a certificação para poder trabalhar, eles precisam adquirir confiança e auto-estima, superar o preconceito, muitas vezes velado, e o estigma de que não aprendem e inserir-se socialmente no ambiente escolar (sendo aceitos pelos demais membros do grupo).

4- JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA:

“Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.” (SANTOS, 2003, pág 64).

A Constituição Federal garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, assim toda instituição escolar deve estar em consonância com esses princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência, nesse sentido, o MEC desenvolve uma política inclusiva que pressupõe a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial, implementando diretrizes e ações que organizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado.

Uma das condições necessárias para que a inclusão escolar aconteça e que as instituições sejam inclusas, ou seja, de todos para todos, é a flexibilização dos critérios de admissão e permanência nos ambientes escolares. Segundo Mantoan além de fazer adaptações físicas, a escola precisa oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares de preferência no mesmo local (2005, s/p).

Este projeto visa facilitar o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual. O aluno com essa deficiência é um desafio para a escola, pois tem uma maneira própria de lidar com o saber que não corresponde ao esperado por ela. Diferente das demais deficiências, a deficiência intelectual denuncia a impossibilidade de se atingir os objetivos que a escola espera, pois o aluno tem dificuldade de assimilar e de construir o conhecimento, mas o que não o impede de construir e assimilar o que lhe é interessante ou importante, dentro de um conceito de importância construído por ele mesmo.

Com o decreto 6094/2007 fica garantido aos alunos com necessidades especiais o direito do acesso e permanência deles na escola, bem como o direito ao suporte com atendimento educacional especializado, viabilizando a inclusão desses alunos em escolas comuns e na EJA.

Isso vai de acordo com a perspectiva do pensamento de Paulo Freire que propõe uma ruptura com o paradigma da exclusão, adotando uma postura anti-discriminatória e anti-segregacionista para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Paulo Freire ainda nos alerta sobre o risco de avaliar os deficientes pelo critério da normalidade e que por não alcançarem os resultados esperados ficam estigmatizados como incapazes, inválidos e improdutivos.

Até recentemente a prática de segregação de pessoas com deficiência era comum nas escolas e na sociedade. Muitas vezes, pessoas com deficiência eram abandonadas em

locais de isolamentos, hospitais, etc. O avanço do conhecimento permitiu a integração da pessoa com deficiência, tanto na área da educação como na sociedade.

Hoje, apesar de garantida na LDBEN, o processo de inclusão não se consolidou na forma esperada. É necessário que o professor tenha um novo olhar para esses alunos, além disso, é importante que os conceitos e preconceitos sejam revistos para que seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade. Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Stainback nos lembra:

“Se realmente desejamos uma sociedade justa e igualitária, em que todas as pessoas tenham valores e direitos iguais, precisamos reavaliar a maneira como operamos em nossas escolas, para proporcionar aos alunos com deficiências as oportunidades e as habilidades para participar da nova sociedade que está surgindo.” (STAINBACK, 1999, pág. 29)

O presente projeto auxiliará o processo de inclusão dos alunos com deficiência intelectual. É importante que o mesmo seja implementado, pois, apesar da presença de nossos educandos com necessidades especiais na escola, percebemos que esses alunos enfrentam dificuldades na adaptação, pois o ambiente escolar ainda está despreparado para recebê-los, o que pode ser observado até nas dependências físicas da escola, que por vezes não disponibiliza sequer uma rampa para os alunos que usam cadeira de rodas. Na verdade faltam, principalmente, conhecimento, preparo e sensibilidade por parte de muitos professores. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

Diante desses fatos, além do acolhimento aos alunos que procuram o nosso atendimento, levamos aos professores todo conhecimento necessário (através de relatórios e fichas de encaminhamento com um breve resumo do laudo e foto, além do acompanhamento sistematizado por parte da sala de recurso, é claro, que o aluno tem durante todo o semestre) para que ele possa atender aos alunos e fazer as adequações necessárias levando em consideração as especificidades de cada um.

Cabe ressaltar que temos também na escola professores que são verdadeiros parceiros do trabalho realizado pela Sala de Recursos que nos auxiliam a desempenhar de forma mais produtiva o nosso trabalho de inclusão já que eles se envolvem nesse processo, respeitando as diferenças pertinentes ao desenvolvimento e ritmo próprios de cada aluno.

A clientela da EJA é formada por um público bastante diverso, porém com interesses semelhantes. Todos almejam melhorar suas condições de vida e buscam a escola como uma alternativa viável de recuperar o tempo perdido e de melhorar de vida. Sabemos que o conceito de diversidade é amplo, dando-nos a ideia de que todos os alunos são únicos, com suas experiências pessoais, incorporando também a eles o fato de que todos têm necessidades educacionais individuais próprias e específicas, principalmente o aluno da EJA, que traz uma acentuada defasagem de conhecimentos acadêmicos.

Hoje, muitos alunos com deficiência trabalham e necessitam da EJA para sua certificação. Nesse sentido é importante que a visão dos professores seja adequada às reais necessidades dos alunos. Não podemos conservar o modelo de educação bancária. Temos de dar autonomia para os nossos alunos e ter sensibilidade e habilidade para reconhecer o que realmente é necessário para a clientela que atendemos.

Dessa forma, não apenas os alunos com deficiência, mas também toda comunidade escolar será beneficiada.

Paulo Freire, em sua última entrevista (1997), nos lembra que somos sujeitos inacabados em permanente busca de “ser mais”. Nosso aluno trabalhador, excluído e oprimido, quando procura a EJA, tem como objetivo “ser mais”, alcançar mais, crescer mais, e nesse momento ele é capaz de mudar o rumo da sua vida. Considerar essa busca dos nossos alunos, suas especificidades e seus interesses, torna-se imprescindível para a construção de uma proposta pedagógica que os liberte da opressão em que vivem, do estigma de que são seres inferiores e incapazes. Facilitar a sua plena integração participativa na sociedade e auxiliá-los nesse processo de libertação, de transformação e da busca de “ser mais” é nosso dever como educadores. E ao fazer parte desse processo, também crescemos nessa caminhada de “seres inacabados”.

Em nosso cotidiano notamos que nossos alunos especiais se socializam apenas entre eles, não conseguindo interagir com os demais alunos do CESAS. Portanto, é fundamental que se crie uma política pública onde sejam incluídas situações para que aconteça a inclusão de fato desses alunos na escola como um todo, pondo um fim à segregação, política essa, que será eficaz a partir do momento em que haja conhecimento por parte de todos do que realmente são os Portadores de Necessidades Especiais, pois, por vezes, é o desconhecimento que gera o desconforto frente ao “diferente”, que gera o preconceito, a

exclusão. Envolver os demais alunos, conscientizando-os de sua importância nesse processo é fundamental.

As políticas educacionais para a população jovem e adulta se encontram em processo de inclusão precária, necessitando ser reformulada a definição dos papéis do Estado e das organizações sociais, das fronteiras entre a responsabilidade pública e privada, entre as políticas sociais compensatórias e a filantropia, movimentos estes que informam o comportamento dos agentes públicos governamentais e não-governamentais na formação das políticas públicas.

Para que o processo de inclusão tenha sucesso, é preciso, além da mudança de postura do professor (que é quem vai mediar a socialização e a aprendizagem dentro da sala de aula, tanto para a construção de novos saberes como para o exercício da cidadania), que as instituições reconheçam suas responsabilidades, dando ao professor melhores condições de trabalho e suporte. Para isso, é fundamental que se estabeleça na sala de aula um ambiente onde o direito à diversidade seja respeitado. Essa atitude tem como objetivo assegurar o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais no sistema educacional.

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

A perspectiva da educação para todos de forma inclusiva é fundamental para a construção do processo educativo justo e democrático. Trata-se de um grande desafio, afinal é grande a parcela de excluídos do sistema educacional, apesar dos esforços governamentais.

É preciso eliminar o modelo excludente que ainda existe na educação em vários aspectos: étnico-racial, regional, cultural, de gênero, da deficiência. Afinal, a história registra que a dificuldade em aceitar e respeitar as diferenças levou ao isolamento pessoas consideradas imperfeitas. A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o

exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Nessa perspectiva, o presente projeto visa alcançar a socialização e a autonomia dos alunos com deficiência intelectual, para que a inclusão de fato aconteça, conscientizando a todos que, além de contribuir para a socialização dos alunos com deficiência, a Educação Inclusiva beneficia também os demais alunos e professores que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças.

Precisamos buscar alternativas que visem superar as dificuldades que enfrentamos hoje, para melhor atender a todos os alunos, e que haja também, uma parceria estreita com a família, pois a escola não pode e não deve andar sozinha nesse processo.

Acreditamos que para que a inclusão dê certo, não basta estar garantida na legislação, pois demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. É muito evidente a necessidade de se redefinir e de se colocar em prática novas alternativas pedagógicas.

5- OBJETIVOS:

5.1- Objetivo Geral:

Possibilitar ao aluno com deficiência a convivência com grupos, oportunizar a construção de um vínculo de caráter libertador, baseado na confiança, na solidariedade, no espírito de cooperação e no respeito à diversidade de opiniões.

5.2- Objetivos específicos:

Assessorar os professores regentes quanto aos alunos com deficiência intelectual, buscando auxiliar no processo de inclusão. Favorecer a descoberta de que é possível somar diferenças na construção do aprendizado coletivo.

Reconhecer as diferenças e aceitar que a inclusão é um processo que já está nas escolas e que não é mais possível (ainda bem!) voltar atrás.

Reconhecer as diferenças e aceitar que cada aluno tem o seu próprio tempo e ritmo e que todos somos diferentes, e que todos temos habilidades diferentes.

Promover a socialização e a autonomia dos alunos com deficiência intelectual, facilitando o processo de inclusão desses alunos.

Despertar o interesse do aluno para a leitura sistematizada, para que ele desenvolva o hábito da leitura e melhore tanto a capacidade de interpretação (em todas as matérias) como o da escrita.

Desenvolver as habilidades motoras, mentais, bem como a sensibilização e socialização dos alunos por meio de dramatizações.

6- ATIVIDADES/RESPONSABILIDADES:

"O educador é peça-chave. Ele transmitirá os valores, as motivações, as estratégias. Ajudará a interpretar a vida. Nós, educadores, estamos mais em jogo do que a criança e jovens. Se não formos capazes de ensinar, será impossível aprender" (FEUERSTEIN, 2007, s/p)

O projeto político-pedagógico é um planejamento coletivo, sendo imprescindível a participação de todos os envolvidos no processo educacional (docentes, funcionários, alunos e família) para torná-lo compatível com os anseios da comunidade escolar. Tendo em vista as necessidades dos alunos com deficiência intelectual, facilitar o processo de inclusão é, portanto, o eixo de sustentação do nosso PIL.

Partindo do princípio que o professor deva estar preparado para melhor atender aos alunos, logo no início do semestre, preparamos fichas de encaminhamento com a foto dos alunos atendidos na Sala de Recursos, contendo um breve histórico de sua deficiência e as entregamos aos professores que ficam cientes dos alunos que são especiais e que recebem atendimento especializado. A partir daí, durante todo o semestre os alunos recebem acompanhamento em horários pré-estabelecidos. O contato com os professores regentes é bastante intenso, eles nos fornecem todos os dados para facilitar o processo de aprendizagem (datas de provas e trabalhos, conteúdos a serem desenvolvidos, objetivos a serem atingidos, etc.). Havendo necessidade, priorizamos o aprendizado de assuntos mais significativos ao aluno e eliminamos outros. Preparamos também, versões simplificadas do material didático seja nas adequações das atividades diárias ou nas avaliações.

Além disso, serão propostas reuniões de planejamento nos dias de coordenação com objetivos específicos para cada aluno atendido na Sala de Recursos. Nessas reuniões serão distribuídos textos que permitam discussões e o esclarecimento de dúvidas, promovendo ainda o intercâmbio de experiências.

Outro ponto importante é a sensibilização dos demais alunos, o que será feito com orientações, por meio de textos informativos, palestras, reflexões, vídeos, dinâmicas etc. para que toda comunidade escolar participe, se envolva e se comprometa com a inclusão.

É importante criarmos na escola, momentos de interação entre todos, focando a diversidade como algo a ser valorizado, uma vez que acreditamos na utilização do sistema de cooperação, onde todos os colegas se envolvam no processo de aprendizagem do aluno com deficiência, auxiliando-o na realização de tarefas diárias da sala de aula.

Evoluir significa desenvolver os reais valores da humanidade, convivendo com toda diversidade que temos na nossa própria cultura.

Aplicamos também para TODOS os alunos atendidos em Sala de Recurso oficinas de matemática, português e teatro. Com a primeira, visamos à aquisição de conceitos necessários para o dia-a-dia do aluno como: sistema monetário, medição de tempo, operações fundamentais, entre outros.

Com a oficina de português, trabalhamos para despertar o interesse do aluno para a leitura sistematizada, para que ele desenvolva o hábito da leitura e melhore tanto a capacidade de interpretação (em todas as matérias) como o da escrita.

Na oficina de teatro buscamos desenvolver as habilidades motoras, mentais, bem como a sensibilização e socialização.

7- Procedimentos Metodológicos

Em nossa prática buscamos recursos educacionais que nos auxiliem na concretização das atividades expostas. Percebemos que toda a classe do ensino regular se beneficia com a presença do aluno com deficiência, pois o convívio com a diversidade traz crescimento pessoal. Para isso, auxiliamos na busca de caminhos que possam ser percorridos pelos professores de sala de aula para um maior aproveitamento de todos e também disponibilizamos em nossa sala todos os recursos disponíveis para a aplicabilidade das atividades desenvolvidas na escola.

Em nosso primeiro contato com a família, preenchemos uma ficha com todas as informações que julgamos necessárias para conhecermos melhor o aluno que receberemos além do laudo médico que nos é passado também.

A partir desse contato, elaboramos a ficha que será entregue ao professor regente, com foto, um breve resumo do laudo e outras informações necessárias para o atendimento desse aluno.

O segundo passo é a elaboração da grade horária de atendimento do aluno na Sala de Recurso e sala de aula. Essa grade é feita em duas vias, uma para o aluno fixá-la no próprio caderno (onde ele terá que ter controle com o seu próprio horário de ir e vir) e a outra fica na Sala de Recurso para o controle do professor com relação a esse aluno na escola.

O passo seguinte diz respeito a reuniões (com textos pertinentes ao Ensino Especial) com os professores regentes para a elaboração dos objetivos específicos para cada aluno atendido em nossa sala.

Provas, exercícios e toda espécie de material necessário, passa por adaptação na Sala de Recurso para que o nosso aluno desenvolva melhor o conteúdo trabalhado em sala de aula.

A sensibilização também atinge os alunos do ensino regular, com textos, palestras, mesas redondas, pois temos neles parceiros que se envolvem e nos auxiliam muito, seja na própria sala, disponibilizando material para o aluno especial, ou como monitor na Sala de Recurso.

Para a oficina de matemática, disponibilizamos material concreto como: dinheiro de papel, relógio, calculadoras, calendários, fita métrica, dados, cubos, material dourado, jogos diversos e fichas para a realização de outros tipos de atividades.

Na de português, cada aluno tem um caderno de caligrafia para trabalhar a escrita (já que sabemos que nem todos têm a coordenação motora fina bem desenvolvida). Fichas

com pequenos textos são disponibilizadas para esse aluno com o objetivo de trabalhar a leitura e posteriormente, a interpretação de texto. Aproveitamos também para que ele relembre e/ou aprenda tópicos da gramática pertinentes ao texto trabalhado. Informamos que esse trabalho de leitura e interpretação é também realizado com textos referentes a outras matérias como história, ciências e geografia.

Com a oficina de teatro já tivemos a apresentação de várias peças na escola como: “Romeu e Julieta”, A Via Sacra (que acontece há dois anos na escola com a participação de alunos especiais e os das salas de aula), O Nascimento de Jesus, entre outros pequenos trabalhos. Essa oficina é realizada em parceria com outros professores da escola.

8- CRONOGRAMA:

ATIVIDADES	CRONOGRAMA	PARCEIROS
- Fichas de encaminhamento com breve histórico do aluno.	- Início do semestre (fevereiro e agosto) ou a medida que alunos novatos chegarem à escola.	- Professores da sala de aula (que recebem os encaminhamentos) e família (que nos fornece os dados necessários).
- Acompanhamento dos alunos em sala de recurso em horários pré-estabelecidos.	- Durante todo o semestre.	- Professores da sala de aula.
- Reuniões de planejamento de estratégia de trabalho.	- Durante todo o semestre.	- Professores da sala de aula e coordenadora.
- Sensibilização dos alunos e de toda a comunidade escolar.	- Início do semestre (fevereiro e agosto) ou a medida que alunos novatos chegarem à escola ou que houver necessidade.	- Professores da sala de aula, alunos e toda a comunidade escolar.

9- PARCEIROS:

Todos os envolvidos no processo de inclusão direta ou indiretamente podem ser considerados parceiros: família, direção da escola, servidores, professores regentes, alunos, enfim, toda comunidade escolar.

10- ORÇAMENTO

As despesas do projeto serão custeadas pela própria escola.

11- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO:

O acompanhamento é feito diariamente pelos professores da Sala de Recursos através do contato com o professor regente da sala de aula e com o próprio aluno na sala de recurso, pois todo o material e conteúdo das matérias são vistos e revisados.

A nossa avaliação é diária já que estamos sempre em contato com o aluno, orientando, observando e auxiliando-o em todas as suas necessidades e dificuldades. Com isso, é possível avaliar sempre seu crescimento, desempenho e desenvolvimento.

Em síntese, ao longo deste trabalho, discutimos a contribuição da inclusão não só para os alunos com deficiência, mas também para toda comunidade escolar, uma vez que essas relações criam o fortalecimento de vínculos, permeando relações sociais onde o desenvolvimento da solidariedade, o respeito ao próximo, a convivência com as diferenças são desenvolvidos.

Sabemos que o desafio da inclusão é, além de superar preconceitos arraigados historicamente nas sociedades, é principalmente manter esse aluno na escola. Por isso a necessidade da interação e participação de toda comunidade escolar e também da família, porque às vezes, a hostilidade e despreparo do professor, do aluno de sala de aula e de demais integrantes da escola contribui para que o aluno especial abandone as suas atividades e não volte mais para a escola. Por isso, acreditamos que o maior desafio é também fazê-lo permanecer no ambiente escolar. Para isso, tentamos criar, além de tudo que já mostramos no nosso PIL, um ambiente muito acolhedor e que nosso aluno possa ser antes de tudo, feliz! E sabemos que essa felicidade é conquistada a partir, principalmente, do respeito às diferenças.

12- REFERÊNCIAS:

- ALVES, Fátima. Inclusão: novos olhares, vários caminhos e um grande desafio. WAK, Rio de Janeiro, 2003.
- BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [2. ed.] / – Brasília : MEC, SEESP, 2006.
- BRASIL. POLÍTICA Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. Brasília, MEC/SEESP, 2008.
- FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Atendimento Educacional Especializado – Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas – MEC/SEESP – 2007.
- FEUERSTEIN, Reuven. Artigo: A importância da experiência da aprendizagem no processo da educação inclusiva. 2007.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- FREIRE, Paulo. Paulo Freire Última Entrevista – 2ª parte. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=fBXFV4Jx6Y8&feature=related>
- <http://www.unipac.br/bb/teses/chdm20072-13.pdf>
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. Passos para a inclusão. 2005. Disponível em: <http://pt.shvoong.com/books/1928668-passos-para-inclusão/>
- ROSA, Suely Pereira da Silva. Inclusão Escolar: dissonâncias entre teoria e prática. IESDE, 2008.
- SANTOS, Boaventura. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro, 2003.
- STAINBECK. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- TRIGO, Patrícia. A importância da experiência da aprendizagem mediada de Reuven Feuerstein no processo da educação inclusiva. Disponível em: <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=18062>